

CAPÍTULO 42

Resistências das catadoras de mangaba frente à expansão urbana sobre seus territórios em Aracaju, Sergipe, Brasil

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Sílvia Helena Zanirato

Este texto tem o objetivo de analisar as resistências que se desenvolveram a partir das ameaças de perda de território vivenciadas pelas catadoras de mangaba no bairro Santa Maria, em Aracaju (SE), inclusive as resistências para se organizar em torno de suas reivindicações e enfrentar seus oponentes.

A definição de resistência utilizada neste artigo permite tratar tanto as resistências forjadas pelas representações institucionais das catadoras de mangaba e parceiros quanto as resistências cotidianas, muitas vezes individuais e anônimas. De acordo com Scott (2002, p. 29), grande parte das resistências cotidianas se expressam em ações anônimas e individuais, coordenadas por “redes informais densas, profundas e sub-culturas ricas de resistência a demandas externas”.

Os exemplos das resistências se baseiam em pesquisa realizada com as catadoras de mangaba e representantes de instituições governamentais e não governamentais do litoral do estado de Sergipe, no período de 2021 a 2023, com recorte para a capital Aracaju, área de abrangência deste artigo. As ameaças às áreas de mangabeiras nativas utilizadas pelas catadoras de mangaba para a prática do extrativismo em

Sergipe correspondem à implantação de infraestruturas para construção de condomínios residenciais de alto padrão, equipamentos turísticos, estradas, cultivo de commodities (cana de açúcar e eucalipto) e criação de camarão. Especificamente em Aracaju, as últimas mangabeiras nativas nesta cidade se localizam em um bairro periférico, de forte interesse da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) para implantação de complexos residenciais populares.

A maior parte da produção de mangaba no Brasil é oriunda de práticas extrativistas em áreas de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) nativas. De acordo com o IBGE (2021), a produção nacional de mangaba é de 2.173 toneladas, sendo Sergipe o segundo maior produtor com 457 toneladas, após a Paraíba com 882 toneladas.

A pesquisa

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa foi realizada em duas etapas: revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi subsidiada por artigos de periódicos, livros, teses e dissertações disponibilizadas nas bibliotecas virtuais Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e Base de Dados de Pesquisa Agropecuária (BDPA). As buscas se deram por meio das seguintes palavras-chave, também em espanhol e inglês: comunidade tradicional, catadoras de mangaba, extrativismo de mangaba, resistência cotidiana, ação coletiva, território, Aracaju, bairro Santa Maria e bairro 17 de Março. Os resultados das buscas foram restringidos conforme a pertinência do conteúdo ao objetivo da pesquisa.

Em março de 2021, a pesquisa de campo foi iniciada por meio de entrevistas semiestruturadas e observações diretas e participativas pela primeira autora deste artigo como representante da Embrapa em reuniões realizadas nas áreas de coleta da mangaba localizadas entre os bairros 17 de Março e Santa Maria (Figura 42.1).



Figura 42.1 Localização das áreas de mangabeiras nativas entre os bairros 17 de Março e Santa Maria, em Aracaju, SE.

Fonte: Google Earth, 2023

Essas reuniões foram convocadas pelo Ministério Público Federal de Sergipe (MPF-SE) e pelas catadoras de mangaba, visando construir alternativas para a conservação das mangabeiras nativas na cidade de Aracaju. Participações em outros eventos realizados na área de coleta da mangaba – por exemplo, café da manhã partilhado entre extrativistas e apoiadores realizado mensalmente desde 2021, 1ª Festa da Colheita em 2022, mutirão para plantio de cerca de viva em 2023 – também foram importantes para o levantamento de dados sobre o cotidiano das catadoras de mangaba, suas reivindicações e conquistas, bem como para conhecer a atuação dos apoiadores da conservação das mangabeiras e proteção dos modos de vida associados às plantas. As observações também têm sido viabilizadas pela participação da primeira autora em dois grupos de WhatsApp criados pelas catadoras de mangaba. O grupo SOS Mangabeiras, atualmente com 115 participantes, foi criado em dezembro de 2021, com o objetivo de divulgar informes gerais sobre a conservação e proteção das áreas de mangabeiras e modos de vida associados às plantas. O acesso ao SOS Mangabeiras é permitido para qualquer pessoa por meio de um link amplamente divulgado. Já o grupo Mangabeiras em Ação foi criado em abril de 2023, com a participação restrita a duas lideranças das catadoras de mangaba e sete apoiadores, com o objetivo de articular ações estratégicas, no entanto precisam ser validadas junto à comunidade antes de serem executadas e/ou divulgadas. Nesse grupo, a participação é condicionada ao convite enviado pelas lideranças da comunidade. As informações obtidas na pesquisa de campo foram relatadas em caderno de campo, acrescidas as impressões da autora sobre os acontecimentos observados.

A problemática

Fundada em 1855, a cidade de Aracaju foi projetada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, contendo 32 quadras de 100 metros cada, o “Quadrado de Pirro”, semelhante a um “tabuleiro de xadrez”. A aprovação do Código de Posturas, em 1856, proibiu construções de casas que não fossem de alvenaria (telhados de palha, por exemplo) no Quadrado de Pirro, o que promoveu o afastamento dos pobres para as áreas periféricas da cidade (Santos; Oliveira, 2018). Também foi providenciada a supressão dos manguzeais e áreas brejosas no Quadrado de Pirro, consideradas insalubres e focos de cólera e febre amarela pelas autoridades (Abreu, 1996). Assim, o processo de expropriação do direito à cidade pelas pessoas pobres, a maioria negras, caracteriza-se por um processo histórico e sistemático de políticas públicas que promoveram uma urbanização estratificada por raça e, de maneira indissociável, por classe social. Nesse contexto, a população pobre de Aracaju foi obrigada a

ocupar espaços periféricos, ou seja, fora do Quadrado de Pirro, a exemplo do povoado Terra Dura e entorno, onde hoje se localizam os bairros 17 de Março e Santa Maria. As primeiras ocupações dessa localidade ocorreram entre 1840 e 1844, pelos trabalhadores das obras de construção do Canal Santa Maria, entre os rios Santa Maria e Poxim, fazendeiros e sítiantes (alguns em terras de domínio da União) e comunidades extrativistas de recursos vegetais (frutas, lenha, folhas etc.) e animais (peixes, mariscos e crustáceos) (Vieira, 2011; Brito Neto, 2015). Em 1930, obras para melhoria da infraestrutura do Canal Santa Maria para atender os setores agroexportador, industrial e comercial, atraíram novos moradores para o então povoado Terra Dura, a maioria migrantes da zona rural de outros municípios do Sergipe. Entre os moradores do extinto povoado, está o grupo de mulheres extrativistas de mangaba, autodenominadas comunidade tradicional “catadoras de mangaba”, também reconhecidas pela Lei Estadual nº 7.082/2010 como grupo culturalmente diferenciado, em acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, e possuem representatividade no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). As legislações citadas responsabilizam o Estado pela conservação dos territórios e proteção dos modos de vida dessas mulheres, no entanto desde os anos 1940, obras estatais dizimaram a vegetação em torno do canal Santa Maria e vizinhança. Por exemplo, o início da construção do aeroporto Santa Maria em 1940, a construção de pontes e estradas ligando o centro urbano e a zona sul e a construção do Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo) resultaram na expulsão das comunidades, entre elas, pescadores artesanais, marisqueiras e catadoras de mangaba que ali já residiam, seja pelo desmatamento ambiental seja pela aumento do preço do metro quadrado da terra, sobretudo das áreas localizadas mais próximas às praias e equipamentos turísticos (Barbosa *et al.*, 2021). Até então, essas áreas eram ocupadas pela população excluída do centro urbano e/ou sem acesso aos meios de produção no meio rural, para produção de alimentos e territorialização para reprodução enquanto grupo social (Rodrigues; Zanirato; Simões, 2023). A territorialização, como define Haesbaert, corresponde ao “conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (Haesbaert, 2002, p. 45).

Se por um lado as obras estatais na zona Sul de Aracaju promoveram o ordenamento da cidade para instalação de condomínios residenciais de médio e alto padrão social nas proximidades das praias, até os anos 1980, a ausência de políticas públicas de urbanização favoreceu o processo de ocupação irregular das margens do canal Santa Maria (Vieira, 2011). A dinâmica da cidade não mais permitia o

distanciamento entre os herdeiros dos moradores do Quadrado de Pirro e a população negra e pobre como no final do século XIX e meados do século XX. Assim, o capital imobiliário e o Estado passaram a se interessar pela urbanização dos espaços relegados aos pobres naquela localidade (França, 1997). Nessa perspectiva, intensificaram-se as derrubadas das plantas, destruição das dunas e assoreamento das lagoas para a implementação de políticas públicas habitacionais para construção de conjuntos residenciais populares tanto para os moradores do bairro Santa Maria e entorno quanto para os demais moradores de Aracaju. Essa série de mudanças e transformações no território a partir dos interesses dos empreendimentos da construção civil alterou o meio ambiente e a vida das catadoras de mangaba, ampliando a desigualdade e exclusão social e de raça no tempo e no espaço. Os terrenos localizados entre os empreendimentos residenciais também despertaram o interesse de movimentos sociais urbanos, que passaram a ocupar essas áreas, a maioria da União, para reivindicar o direito à moradia digna. O bairro 17 de Março, por exemplo, entregue em três etapas nos anos 2010, 2012 e 2013, foi construído sobre o território das catadoras de mangaba em terreno doado pela União à PMA para abrigar pessoas em situação precária de moradia no bairro Santa Maria e entorno. Em 2014, 300 famílias não contempladas com as casas do bairro 17 de Março iniciaram uma nova ocupação nos territórios das catadoras de mangaba da região, conhecida por “Ocupação das Mangabeiras” (Rodrigues; Zanirato; Simões, 2023). O terreno ocupado, localizado em área da União, entre os perímetros urbanos dos bairros Santa Maria e 17 de Março, fazia parte do último território das catadoras e catadores de mangaba em Aracaju (Rodrigues *et al.*, 2017).

Resistências cotidianas e institucionais das catadoras de mangaba

Conforme detalhado anteriormente, os territórios das catadoras de mangaba vêm sendo comprimidos historicamente devido à expansão urbana da cidade de Aracaju sobre seus territórios. De acordo com elas, as primeiras famílias ocuparam o território onde hoje é praticado o extrativismo da espécie há cerca de 70 anos. No início, os territórios eram utilizados como fonte de renda e alimentos por meio do cultivo de pequenas hortas e extrativismo. Com o passar do tempo, perceberam que os terrenos não eram tão férteis para a agricultura e decidiram substituir parte do cultivo das hortas pelo enriquecimento das áreas com o plantio de mangabeiras, espécie nativa e que já ocorria no local. O plantio foi realizado a partir dos conhecimentos das catadoras de mangaba passados entre gerações sobre as formas de manejo das espécies nativas, sem a utilização de tecnologias exógenas a suas práticas. A exemplo do transplântio de mudas que crescem naturalmente ao lado de plantas mais produtivas e de frutos de boa aparência e de sabor mais adocicados.

Com a valorização das terras e o crescente interesse do setor da construção civil, a presença de pessoas autodesignadas como proprietárias ou representantes dos donos das terras se intensificaram na região. Nos anos 90, uma pessoa que se apresentou como empregado da Infraero, na ocasião órgão que administrava os terrenos da União no bairro Santa Maria e entorno, passou a cobrar uma quantia mensal das catadoras de mangaba para continuar tendo acesso aos seus territórios. Diante de mais uma ameaça de expropriação dos seus territórios, as famílias se articularam e dividiram entre si uma área de cerca de 135 ha. Para melhor organizar a atividade produtiva, cada família cercou seu lote e ficou responsável pela limpeza e segurança do terreno, sob condição de não erguer moradia nem construção de alvenaria no local. Esse acordo informal durou cinco anos, quando, ainda segundo as catadoras de mangaba, o comandante da Infraero dispensou o pagamento da mensalidade, mas manteve as condições do acordo estabelecido anteriormente.

A venda da mangaba e outros produtos oriundos do extrativismo, embora importante fonte de renda, não era suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias. Parte delas enfrentava uma situação precária de moradia e de insegurança alimentar e, para complementar a renda, membros das famílias passaram a ocupar empregos temporários sem vínculo empregatício (diaristas, pedreiros, vendedores ambulantes etc.).

Em 2004, a União cedeu à PMA parte dos territórios das catadoras de mangaba para construção do bairro 17 de Março. De acordo com a comunidade, foram desmatados 95 ha para a implantação das casas populares. Em 2007, essa problemática ganhou maior visibilidade com a publicação da primeira edição do Mapeamento do Extrativismo da Mangaba em Sergipe (Rodrigues *et al.*, 2017). As famílias de catadoras de mangaba atingidas diretamente pela construção do bairro 17 de Março resistiram à perda dos territórios por meio de denúncias no MPF e mídias locais. Na ocasião, não havia uma organização social, mas três representantes da comunidade se destacavam como lideranças e buscavam convencer os demais a não cederem às ofertas da PMA por indenizações irrisórias que, segundo as catadoras de mangaba, muitas vezes não correspondiam nem a um mês de produção de mangaba de cada planta. Infelizmente, a morte de um patriarca dessas famílias desmotivou as lideranças a continuar encabeçando a resistência, o que favoreceu a desmobilização da comunidade e a aceitação das indenizações por planta derrubada por valores considerados irrisórios pelas catadoras de mangaba.

Em 2019, já havia aproximadamente 800 famílias na Ocupação das Mangabeiras. Nesse ano, a PMA anunciou, por meio das redes sociais, a autorização da Secretaria do Tesouro Nacional para contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para construção do complexo habitacional Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres, com 1.102 unidades. A construção do complexo está em andamento desde

2021 (Rodrigues; Zanirato; Simões, 2023). Ainda em 2015, uma das matriarcas das catadoras de mangaba, preocupada com a ameaça iminente de nova expropriação, solicitou a presença de um dos seus filhos, o missionário Uilson de Sá, liderança importante do quilombo Brejão dos Negros, Brejo Grande, SE. A chegada dessa liderança na comunidade incentivou as famílias a tratarem a ameaça de forma coletiva, uma vez que a divisão em lotes dos territórios poderia acentuar interesses individuais. A participação da comunidade nas audiências convocadas pelo MPF para discutir a problemática era numericamente representativa, com a presença, quase sempre, de pelo menos um membro de cada família. Diante das alternativas legais que se apresentavam para garantir o acesso aos seus territórios e acesso a outras políticas públicas que exigiam uma organização formal, as catadoras de mangaba criaram a Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba Padre Luiz Lemper, em 2017. Como estratégia de formação política, Uilson de Sá assumiu a presidência da Associação, uma vez que as mulheres não se sentiram confortáveis para exercer tal função. Vencidos os prazos regimentais de mandato, a presidência, bem como toda diretoria da associação, é exercida atualmente por uma mulher, preta, catadora de mangaba.

Além das articulações para garantir a participação das catadoras de mangaba nos espaços assegurados pelas instituições estatais, houve também mobilizações que promoveram parcerias importantes como movimentos sociais. Por exemplo, com o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), que incluiu a problemática das catadoras de mangaba de Aracaju na agenda nacional sobre povos e comunidades tradicionais. E com o Movimento Afronte, composto por jovens universitários interessados em promover mudanças em prol das condições socioeconômicas, ambientais e culturais de Sergipe.

Em 2022, a liderança masculina mencionada anteriormente foi encontrada morta em sua residência. A comunidade levantou a suspeita de assassinato, que foi descartada posteriormente pela Polícia Civil. Após sua morte, intensificaram as ações de apoio às catadoras de mangaba, com destaque para aquelas voltadas para a saúde do corpo e da mente, como o atendimento psicológico gratuito ofertado para elas no seu próprio território, embaixo das mangabeiras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, L. E. C.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Brasil: questões atuais da organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 145-184.
- BRITO NETO, A. J. "*Ao sul de Aracaju...*": memória e história da Atalaia Velha (1900-1952). 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

- FRANÇA, V. L. A. *Aracaju: estado e metropolização*. 1997. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: *Território Territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFF/AGB), 2002. p. 17-38.
- IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*: tabela 289. Rio de Janeiro, 2021.
- RODRIGUES, R. F. A. et al. *Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe*: situação atual e perspectivas. Brasília, DF: Embrapa, 2017.
- RODRIGUES, R. F.; ZANIRATO, S. H.; SIMÕES, A. F. Avanços da expansão urbana sobre os modos de vida da comunidade tradicional de catadoras de mangaba em Aracaju (SE). In: ZANIRATO, S. H. (org.) *Teoria social em transformação*: dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder. São Paulo: Blucher, 2023. p. 61-80. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/607>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- SANTOS, J. V.; OLIVEIRA, W. J. F. “A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 457-474, 2018.
- SANTOS, J. J.; SOARES, M. J. N. Contradições entre o urbano e o natural: o processo de construção e ocupação da Orla de Atalaia em Aracaju, Sergipe. *Revista de Geografia*, v. 38, n. 2, p. 65-84, 2021.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan.-jun. 2002.
- VIEIRA, E. C. J. *Políticas urbanas e imagens da cidade*: da “terra dura” ao bairro “Santa Maria” em Aracaju-SE. 2011. 233 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.